

O presente número de *Educação e Pesquisa* apresenta quinze artigos que abordam épocas e temas distintos. Procuramos organizá-los em subconjuntos a partir da convergência temática, quando possível, ou da proximidade do período histórico considerado pelos autores. Conforme indicaremos a seguir, dentre os quinze artigos, quatro foram vertidos para língua inglesa e encontram-se disponíveis na página da revista no *site* da SciELO (<http://submission.scielo.br/index.php/ep>).

Inicialmente, o leitor encontrará textos que tratam de diferentes aspectos da profissão docente, tais como trajetória profissional, salário, saúde, formação e consciência crítica acerca do exercício da docência. Em seguida, há um estudo sobre avaliação da educação básica no Brasil e outro que discute as expectativas profissionais dos alunos de pós-graduação em química da Universidade Federal de Minas Gerais. Os artigos subsequentes abordam novas possibilidades e dimensões de ensino e aprendizagem, e, ao final, outros três trabalhos estão reunidos consoante o período histórico de seus objetos de reflexão: a primeira metade do século XX, os anos de 1950 e a década de 1960.

Da autoria de Wiara Rosa Rios Alcântara, o artigo *A sala de aula foi o meu mundo: a carreira do magistério em São Paulo (1920-1950)* analisa a trajetória profissional da professora primária Botyra Camorim. Embora o período em questão seja a primeira metade do século XX, o texto foi incluído no primeiro conjunto de artigos por abordar aspectos importantes da profissão docente. A autora evidencia as possibilidades, as dificuldades e os conflitos que na época compunham o processo de construção da carreira. A partir das produções literárias e de caráter autobiográfico da professora Botyra, confrontadas no artigo com obras de Almeida Júnior e com a legislação da época, vemos ser reconstruído o itinerário de muitas professoras primárias do Estado de São Paulo; estas se viam, no início de suas carreiras, diante de diversos desafios, dentre eles, o ingresso na profissão, o trabalho nas primeiras escolas – várias delas situadas no meio rural – e os conflitos advindos do contato com valores e hábitos por elas até então desconhecidos.

O segundo artigo trata da tensão entre o conhecimento dos conteúdos a serem ensinados e o conhecimento pedagógico, tensão esta que, segundo os autores chilenos Marcela Gaete Vergara e Abelardo Castro Hidalgo, está presente na formação docente. Intitulado *Proceso de transición hacia una consciencia crítica-fenomenológica de la profesión docente*, o trabalho analisa dados obtidos em uma pesquisa realizada com doze professores chilenos que recentemente haviam participado ou estavam participando de investigações sobre a própria prática. O objetivo era compreender e interpretar as percepções, vivências e experiências de tais professores, tomando a investigação sobre o próprio fazer pedagógico como um aspecto importante para o desenvolvimento de uma consciência científica ou de uma *crítica-fenomenológica*, nos termos utilizados

pelos autores. Mais especificamente, tratava-se de identificar e analisar os eixos mobilizados no processo de conscientização. Os resultados encontrados são interessantes e agregam novos elementos para o debate sobre a formação de professores e sobre a tão discutida questão da consciência crítica.

*O triângulo da formação docente: seus jogadores e configurações*, artigo de Flavia Medeiros Sarti, discute a formação de professores que atuam nos anos iniciais da educação básica no Brasil contemporâneo. A autora apresenta um instigante ensaio sobre profissionalização e formação, integrando, em sua análise, contribuições da sociologia das profissões e da sociologia da educação. Utiliza como recurso analítico o esquema da triangulação pedagógica proposto por António Nóvoa, em que cada vértice é representado pelos agentes que, a partir de seus capitais específicos, ocupam lugares desiguais no campo da formação: professores e instâncias que os representam; universidades, fundações e institutos de pesquisa com seus especialistas; poder público. As ligações estabelecidas entre esses eixos são relações de poder em que se definem diferentes modelos de formação docente, de modo que o professor pode ser tanto objeto quanto sujeito das ações de formação. A autora dedica especial atenção ao que denomina *falsa universitarização* da formação, processo predominante hoje no Brasil e expresso numa vertente meramente técnico-instrumental e no baixo valor simbólico por ela ocupado na hierarquia social. Tal situação decorre das relações de poder estabelecidas entre a universidade e o poder público, o qual, por sua vez, está ligado a políticas educacionais definidas internacionalmente. Trata-se, enfim, de um instigante ensaio cuja contribuição é significativa para o debate acerca do tema.

O artigo de Maria Dilnéia Espíndola Fernandes, Andrea Barbosa Gouveia e Élcio Gustavo Benini, sob o título *Remuneração de professores no Brasil: um olhar a partir da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)*, é um dos textos que se encontram disponíveis em língua inglesa na versão eletrônica da revista. Seu conteúdo aborda outro aspecto da condição docente: apresenta os resultados de uma pesquisa sobre a remuneração de professores de ensino médio nas capitais brasileiras durante o período de 1996 a 2008, utilizando como fonte o banco de dados da RAIS, do Ministério do Trabalho e Emprego. A hipótese da pesquisa é a de que, durante o referido período, a política de fundos que priorizou o ensino fundamental teria produzido um efeito negativo na remuneração de tais professores. Embora de caráter exploratório, segundo as palavras dos próprios autores, os resultados da pesquisa confirmam a relação negativa que se estabeleceu, no período estudado, entre a prioridade conferida ao ensino fundamental por meio dessas políticas e o salário dos professores de ensino médio. Ao mesmo tempo, os resultados responderam a outra indagação relativa ao potencial da base de dados da RAIS para sustentar a análise. Os pesquisadores concluem que, embora contenha fragilidades para o trabalho com dados relativos ao setor público de forma desagregada, a referida base de dados apresenta um interessante potencial de informações para um quadro geral da estrutura de empregos de professores no Brasil.

Sobre a saúde docente, os autores portugueses A. Rui Gomes, Rute Pacheco, Maria Silva – todos da Universidade do Minho – e Ana Peixoto – da Escola Secundária de Caldas das Taipas – apresentam os resultados de uma pesquisa realizada com 1.162 professores que lecionam nos ciclos básico e secundário na zona norte de Portugal e na Região Autónoma dos Açores. Intitulado *Stress ocupacional e alteração do Estatuto da Carreira Docente português*, o trabalho foi realizado em dois momentos: 2004-2005 e 2008-2009. Na primeira fase, o objetivo foi avaliar a experiência geral de *stress* ocupacional no ensino, mas as alterações do *Estatuto da Carreira Docente* introduzidas em 2007 e em 2009 pelo Ministério da Educação português, por terem provocado inúmeras manifestações críticas de professores, levaram os pesquisadores a investigarem se as experiências de *stress* e da síndrome de *burnout* haviam-se modificado entre um período e outro. As mudanças introduzidas pelo novo *Estatuto* relacionam-se especialmente com o processo de avaliação dos docentes e com a alteração das categorias profissionais a partir da introdução da distinção entre professor e professor titular. Os resultados da pesquisa apontam para um aumento de *stress* e de *burnout* antes e após as mudanças ocorridas, sobretudo em áreas associadas a pressões de tempo, excesso de trabalho e trabalho burocrático e administrativo. No entanto, em áreas relativas às capacidades e à motivação dos alunos, verificou-se uma redução de tais experiências no segundo momento da pesquisa.

Outro artigo disponibilizado em língua inglesa na página eletrônica da revista é *Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola*, de Alicia Bonamino e Sandra Zákia Sousa. O trabalho analisa três momentos da avaliação da educação em larga escala em curso no país, procurando caracterizar seus desenhos, objetivos e usos, e tendo como eixo de análise suas interferências no currículo escolar. Embora distintas e sucessivas na origem, essas experiências coexistem e apresentam elementos comuns a propostas realizadas em outros países, evidenciando a existência de uma agenda mundializada no que se refere à avaliação. Primeiramente, as autoras analisam o Saeb, instituído no início dos anos 1990, e afirmam que, embora seja “apropriado para diagnosticar e monitorar a qualidade da educação básica nas regiões geográficas e nos Estados brasileiros”, tal sistema de avaliação “não permite medir a evolução do desempenho individual de alunos ou escolas”. O fato de seus resultados serem apresentados de forma agregada dificultaria seu uso para a introdução de políticas de responsabilização visando à melhoria de qualidade nas unidades escolares. Além disso, por se constituir a partir de uma base amostral, o Saeb proporcionaria baixo nível de interferência na vida da escola e no currículo. As outras duas gerações de avaliação abordadas caracterizam-se por subsidiarem políticas de responsabilização, embora isso se dê em graus distintos. Daí as autoras referirem-se a políticas de *responsabilização branda* (de caráter mais simbólico) e de *responsabilização forte*. As primeiras são consideradas de segunda geração e, embora façam uma divulgação pública de seus resultados, devolvendo-os à escola, não estabelecem consequências materiais. Exemplo dessa segunda geração seria a Prova Brasil, que foi implementada em 2005 e cujos resultados passaram a integrar o Ideb já em 2007. Sua característica

seria exatamente o objetivo de traçar metas e de divulgar os resultados obtidos pelos alunos por escola e rede de ensino, sem, no entanto, envolver prêmios ou sanções. Finalmente, as políticas de terceira geração (de *responsabilização forte*) seriam aquelas que envolvem premiações tais como as adotadas no Estado de São Paulo, com a política de *Bônus de Mérito*, e no Estado de Pernambuco, com o *Bônus de Desempenho Educacional*. As autoras discutem os riscos potenciais das duas últimas gerações de avaliação, pois, segundo pesquisas já realizadas e publicadas, essas são as que vêm assumindo maior peso na definição das políticas educacionais e, conseqüentemente, as de maior potencial para direcionar o que, como e para que ensinar.

Encerrando esse primeiro conjunto de textos, temos o artigo *Professor de ensino superior: o entendimento a partir de narrativas de pós-graduandos em química*. Os nove autores – Ana Luiza de Quadros, Dayse Carvalho da Silva, Fernando César Silva, Frank Pereira de Andrade, Gilson de Freitas Silva, Juliana Cristina Tristão, Helga Gabriela Aleme, Leandro José Santos, Sheila Rodrigues Oliveira –, provenientes de diferentes instituições – Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal de São João Del Rei, Universidade Federal de Viçosa e Universidade Estadual de Campinas –, apresentam os resultados de um estudo realizado com alunos de pós-graduação da UFMG, tendo como ênfase a “correlação entre a crescente especialização oferecida pelos cursos de pós-graduação [...] e a melhoria na qualidade docente dos professores universitários”. O instrumento da coleta de dados elaborado pelos pesquisadores convidava os participantes a escreverem sobre uma situação fictícia em que deveriam relatar aspectos de sua experiência como professores. Foram convidados 99 estudantes, dos quais 34 participaram e forneceram as narrativas solicitadas; nelas, constavam três situações: preparação para aprovação em concurso, aulas ministradas e atividades desenvolvidas durante os quatro primeiros meses. O resultado da pesquisa indica uma valorização das atividades de pesquisa desses estudantes em detrimento da docência, o que levou os pesquisadores a concluírem que isso pode estar associado às exigências dos processos de seleção de professores de ensino superior e à dinâmica da maior parte das universidades, que avaliam a produção intelectual na forma de artigos, numa perspectiva mais qualitativa, enquanto a docência é avaliada em sua dimensão quantitativa. Além disso, os alunos tendem a reproduzir a cultura de seus professores de pós-graduação, que enfatizam a pesquisa e a organização de um ambiente que permita boa desenvoltura nesse campo.

Os cinco artigos seguintes abordam dimensões e possibilidades diversas de ensino e aprendizagem. O primeiro, da autoria de Raquel Aparecida Marra da Madeira Freitas, é intitulado *Ensino por problemas: uma abordagem para o desenvolvimento do aluno*. A autora discute três abordagens que enfatizam a aprendizagem ativa do aluno a partir da solução de problemas. As duas primeiras, *problem-based learning* e metodologia da problematização, são discutidas a partir de suas limitações e do ecletismo que as caracterizaria do ponto de vista teórico e conceitual. Além disso, segundo a autora, tais abordagens estariam muito vinculadas a situações de ordem prática, não fornecendo ao aluno a oportunidade de desenvolver um

trabalho mental mais aprofundado, com conceitos sólidos importantes para a apreensão das contradições que envolvem o objeto de conhecimento. Procurando apresentar contribuições que extrapolem esses limites, são mencionadas as abordagens de Vygotsky, Leontiev e Davydov, de acordo com as quais, além de o professor ensinar para que os alunos aprendam conteúdos como resultantes de investigações científicas, busca-se levá-los à compreensão da trajetória investigativa em que os conteúdos foram elaborados, possibilitando que os alunos conheçam a gênese do conceito e seus fatores condicionantes. Essa perspectiva ultrapassa a aprendizagem por problemas ou pela experiência, pois também inclui a compreensão do caráter social e histórico de todo conhecimento científico, além de ter como foco a formação de um tipo de pensamento – o pensamento por conceito – que permite que essa terceira abordagem – o ensino desenvolvimental – possa ser utilizada nas mais diversas áreas do conhecimento. Trata-se de um artigo que oferece contribuições substantivas para o debate acerca da importância de se desenvolver a autonomia intelectual dos alunos.

O trabalho de Claudio Baraldi, *Diálogo, agência e aprendizagem experiencial em acampamentos internacionais* aborda a aprendizagem experiencial, entendendo-a como um processo social de comunicação que demonstra agência, o que indica a construção autônoma de significados. O autor explora suas condições sociais e os pressupostos culturais que a fundamentam, procurando mostrar como ela pode ser aprimorada por meio de um diálogo que potencialize a expressão pessoal de ideias e emoções dos participantes. A partir da transcrição de interações filmadas em quatro acampamentos internacionais para adolescentes, a análise deteve-se sobre os significados específicos do diálogo empoderador e destacou aquilo que o viabiliza, bem como seus principais obstáculos.

Da autoria de Flavio Theodor Kunreuther e Osvaldo Luiz Ferraz, o artigo *Educação ao ar livre pela aventura: o aprendizado de valores morais em expedições à natureza* trata das potencialidades pedagógicas do ensino ao ar livre a partir de uma pesquisa realizada com alunos adolescentes. Como parte do estudo, os autores discutem os resultados da participação, em um desses cursos, de um aluno advindo de um abrigo, analisando as declarações a esse respeito fornecidas pela coordenadora e psicóloga da instituição. A conclusão apresentada assevera que experiências desse tipo propiciam vivências que estimulam trabalhos em grupo, debates sobre justiça e solidariedade, reflexões sobre valores e princípios relativos a coragem, esforço pessoal, disciplina, respeito e superação de limites, além de proporcionarem o desenvolvimento da consciência ambiental. A atuação do educador é, nesses cursos, fundamental para garantir que as experiências sejam física e psicologicamente seguras para todos os participantes.

Temática semelhante é discutida no artigo *Educação moral: o aprender e o ensinar sobre justiça na escola*, de Adriana Müller e Heloisa Moulin de Alencar. As autoras enfocam o ensino escolar do valor moral da justiça, entrevistando vinte professoras do 6º ao 9º ano do ensino fundamental de cinco escolas da rede particular do município de Vitória, no Estado do Espírito Santo. O objetivo foi identificar como essas

professoras “julgam que aprenderam sobre justiça durante sua vida escolar e como julgam que ensinam esse valor moral em sua prática pedagógica”. O interesse das autoras estava em investigar se houve alguma mudança entre a forma como as entrevistadas aprenderam e a forma como ensinam aos seus alunos. A conclusão é a de que o modo preponderante de aprendizagem por elas vivido foi a imposição de ideias e valores acerca da justiça, modo este que elas acabam reproduzindo em suas práticas docentes na relação com os alunos, estabelecendo-se, assim, um círculo vicioso que precisaria ser rompido.

Para finalizar esse conjunto de textos sobre ensino e aprendizagem, apresentamos o artigo intitulado *Agroecologia, consumo sustentável e aprendizado coletivo*, de Fernando Passos dos Santos e Leila Chalub-Martins. Trata-se dos resultados de uma pesquisa participativa realizada durante 23 meses, em 2007 e 2008, junto a um grupo de consumidores denominado *Trocas Verdes*, de Campinas. Esse grupo, organizado de forma autogestionária, denota as potencialidades pedagógicas das práticas coletivas e igualitárias no que se refere ao aprendizado sobre consumo sustentável, meio ambiente, características do consumo convencional e justiça nas relações socioeconômicas. A partir do estabelecimento de relações diretas entre produtores e consumidores, busca-se um comércio justo e um consumo consciente em que as duas partes envolvidas – produtores e consumidores – estabelecem regras a fim de garantir a realização dos objetivos de todos. Na medida em que se baseia em uma postura ativa dos participantes, a autogestão para o consumo agroecológico é vista pelos autores como uma proposta pedagógica significativa e socialmente emancipatória. Embora isso não esteja referido no artigo, vale lembrar que a proposta de autogestão já estava inscrita na obra dos primeiros pensadores anarquistas do século XIX, como Proudhon, Bakunin e Kropotkin, e, no campo educacional, nas experiências de Paul Robin e das Escolas Racionalistas inspiradas na obra de Francisco Ferrer y Gardia.

Os três artigos que fecham este número discutem questões e experiências educacionais situadas nas décadas de 1920, 1930, 1950 e 1960. O primeiro deles, de José Damiro de Moraes, intitulado *Noemy Rudolfer e a organização da escola e do mundo do trabalho nos anos 1920 e 1930*, traduzido para a língua inglesa e disponível *on-line*, discute a trajetória intelectual e profissional de Noemy Rudolfer, psicóloga que atuou no campo educacional ao lado de figuras como Lourenço Filho, tendo sido uma das signatárias do *Manifesto dos Pioneiros*, de 1932. No período em questão, Rudolfer teve atuação de destaque em defesa da psicologia educacional como recurso fundamental para a organização da escola. Ao propor a orientação profissional no processo de escolarização, especialmente para crianças e jovens advindos de famílias de trabalhadores, ela aproximou-se da máxima de W. Taylor: *o homem certo no lugar certo*. O autor situa Rudolfer no âmbito do processo de modernização conservadora que se desenvolvia nos anos de 1920 e 1930, mostrando suas vinculações com o movimento renovador da educação e com a criação do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), em 1931, num período em que se observava a divulgação dos princípios da administração científica do trabalho

por industriais como Roberto Simonsen e Roberto Mange, entre outros. A orientação profissional voltada prioritariamente para os alunos pertencentes a famílias de trabalhadores articulava-se, assim, com o projeto de racionalização do trabalho que já ganhara adeptos em grande parte do mundo industrializado.

O penúltimo artigo, *Promoção automática nos anos 1950: a experiência pioneira do Grupo Experimental da Lapa (São Paulo)*, de Lygia S. Viégas e Marilene P. R. Souza, apresenta e discute a importante contribuição, para a educação brasileira, do projeto pioneiro de abolição da reprovação na rede estadual paulista, elaborado no final da década de 1950 e implementado no início de 1960. As autoras apresentam o contexto histórico em que surge o debate sobre promoção automática, já em 1918, e expõem o modo como a questão ganha expressão no período desenvolvimentista da década de 1950. Analisam, para tanto, os elementos constitutivos do projeto e depoimentos fornecidos por educadores nele envolvidos, procurando revelar suas limitações, potencialidades e contradições. Nos dias atuais, diante da política de progressão continuada, a divulgação dessa pesquisa e do debate sobre a experiência desenvolvida pelo Grupo Experimental da Lapa constitui uma valiosa contribuição. Justamente por tal motivo, esse é um dos artigos vertidos para a língua inglesa e disponibilizados na versão eletrônica da revista.

Por fim, apresentamos *Uma escola para o homem rural: a cultura popular, os camponeses e o movimento de educação de base (1960-1964)*, de Claudia Moraes de Souza. Trata-se de uma análise do projeto educacional, de amplitude nacional, elaborado pela igreja católica por meio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e denominado Movimento de Educação de Base (MEB). Tal projeto consistia em alfabetizar os indivíduos do meio rural e atuar junto a eles, tendo em vista promover mudanças de atitudes e comportamentos socioculturais. Nessa perspectiva, suas ações envolveram áreas tão distintas como saúde, alimentação e higiene; habitação; relações familiares e de vizinhança; relações de trabalho; organização religiosa e políticas das comunidades rurais. O trabalho desenvolvia-se por meio da articulação de diversos sistemas radioeducativos constituídos por núcleos organizados para a recepção de programas voltados à educação e à alfabetização de adultos, sob a coordenação centralizada de representantes diretos da CNBB e do MEC. A autora analisa o encontro de diferentes culturas e as resistências cotidianas observadas tanto no âmbito da escola rural, quanto na escola de rádio. Apesar das dificuldades enfrentadas pelo Movimento e de seus supostos de modernização imposta – “do centro para a periferia, do Sudeste para o Nordeste, do culto para o popular” –, a autora considera que, a partir dele, trabalhadores rurais anônimos aprenderam a ler e a contar, conseguiram obter seus títulos de eleitores e discutiram ações e estratégias de transformação da vida e de sua condição.

Esperamos que este número de *Educação e Pesquisa* ofereça a seus leitores um conjunto de informações, ideias e propostas que os instiguem a prosseguir em seus trabalhos de pesquisa e docência.

Lúcia Bruno